

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUBJETIVIDADES: O CORPO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Felipe de Oliveira Miguel¹

RESUMO

As pessoas estão inseridas em culturas desde o seu nascimento e estão constantemente em formulações enquanto pessoas sociais. A cultura tem um papel fundamental na construção de modos de compreender as coisas que estão ao nosso redor que são mediados pelos signos, entrelaçados pela a linguagem. As pessoas com deficiência ao decorrer do tempo estão resistindo e afirmando enquanto pessoas como as demais, independente da sua diferença física, motora ou cognitiva. Este trabalho tem como objetivo trazer reflexões de como a representação das pessoas com deficiências são pautadas numa ótica da perda e da estigmatização. Este trabalho conclui que as formas como as pessoas com deficiência ainda são pautadas no modelo biomédico e são necessários projetos para a sensibilização das pessoas compreenderem que independente da sua deficiência são pessoas iguais que podem ser chatas, ignorantes, amorosas e felizes. Este olhar deve ser pautado nas singularidades das pessoas.

Palavras-chave: Corpos; Subjetividades; Pessoas com deficiência.

Introdução

Ao longo da história da humanidade o corpo tem sido retratado dentro de parâmetros de “beleza” ou de “feiura”. Essa classificação tem sido percebida desde os grandes filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, os quais mostravam que temas como a estética (Aesthesis), o belo (Kállos) e a arte (Tékne) não poderiam ser pensados de forma dissociada. Desde Platão, que relaciona o belo ao conceito de bem, de verdade e de perfeição, tem-se considerado essas mesmas associações. Eco (2015) comenta que várias obras de arte ao longo da história também abordam essa separação entre o belo e o feio.

As representações do corpo sempre sofreram influências, principalmente da cultura e do momento histórico, mas sempre com o pensamento de tornar o corpo cada vez mais “dócil e útil”. Na atualidade, o corpo é influenciado por dicotomias entre igualdade e desigualdade, coação e liberdade, entre ter ou não acesso aos cuidados com o corpo (COURBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2009). Esses corpos são percebidos diretamente quando a pessoa tem alguma deficiência física ou motora, mas quem são surdas, com deficiência visual ou transtornos, não são percebidas diretamente, o que chamamos de deficiências não visíveis.

Este trabalho nasceu com a seguinte indagação: Como são construídas as representações sociais sobre o corpo das pessoas com deficiências? Desta forma este trabalho tem como objetivo trazer reflexões de como o corpo das pessoas com deficiência -

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez (GEPeSS/CNPq). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: miguel felipe12@letras.ufrj.br

PCD estão sendo percebidos pela perspectiva médica e pelas suas singularidades. De maneira didática está dividido em: Introdução, Desenvolvimento, Conclusão e Referências bibliográficas.

Desenvolvimento

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), aproximadamente 23,9% da população brasileira se declararam com pelo menos uma deficiência, ou seja, cerca de 45,6 milhões de pessoas. Destas, 17% se declararam com deficiência visual, 5,0% com deficiência auditiva, 7,0% com deficiência motora/física e cerca de 2,0% com deficiência intelectual. Esses números expressam que existem um grande número de pessoas com deficiências que diariamente temos contatos, mas esses corpos são representados por estigmas e preconceitos que estão enraizados dentro de nossa cultura. (STIKER, 2009). O corpo da pessoa com deficiência tem sido representado em diferentes tempos históricos, com termos pejorativos e depreciativos. Alguns exemplos de termos como “débil-mental”, “retardado”, “aleijado” ou “mongolóide” como alguns dos adjetivos que se destinavam às pessoas com alguma deficiência. A partir de alguns movimentos sociais, foram-se avolumando os grupos que passaram a defender e a compreender as pessoas com deficiência como sujeitos cidadãos.

O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. Há quem considere que um corpo cego é algo trágico, mas há também quem considere que essa é uma entre várias possibilidades para a existência humana (DINIZ, 2007, p. 08).

Isso mostra que as representações sobre deficiência têm sido pautadas nas comparações entre deficiente e não deficiente. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a partir do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (1982), a “deficiência é toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica”. Desde sua definição, a palavra deficiência traz a ideia de “perda” e de “anomalia”, mostrando que esse conceito vem acompanhado de impressões de derrota e como algo fora do normal.

Segundo Diniz (2007) essa conceitualização representou um retrocesso aos avanços gerados pelo Modelo Social uma vez que a deficiência seria o resultado da lesão corporal de

um indivíduo considerado anormal. Já vem carregado de pensamentos estereotipados, deixando transparecer que esses sujeitos já estão em desvantagem perante as outras pessoas sem deficiência e, portanto, não se encaixam nos padrões que a sociedade em geral entende como “normal”.

No Brasil, a trajetória histórica das pessoas com deficiência é marcada ora pela eliminação e exclusão ora pela integração parcial realizada por atendimentos especializados. As últimas décadas são marcadas por lutas que contribuem para mudanças de paradigmas e para modificações nas formas sociais de enxergar e viver determinadas questões. A partir da década de 1980 há uma expansão de decretos e leis específicas para pessoas com deficiência uma vez que se percebeu que essas poderiam estar incluídas nos ambientes sociais, sejam eles escolares, de trabalho ou lazer, privados ou públicos, e que não precisavam ser protegidas e restritas aos espaços familiares ou instituições especializadas (Figueira, 2008).

Sobretudo, a trajetória histórica de segregação e invisibilidade das pessoas com deficiência se modifica quando a ONU declara 1981 como o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), a partir de então coletivos de pessoas com deficiência com maior consciência de seus direitos passaram a organizar-se politicamente, atingindo conquistas significativas nos anos que seguem.

Com os Estudos sobre Deficiência como uma contraposição ao Modelo Médico da Deficiência, que norteia-se pela ideia de cura ou medicalização do corpo deficiente. Nesse sentido, a deficiência surge de um corpo que não se enquadra nos padrões de normalidade e deve ser reabilitado para tal. Os estudos sobre deficiência propuseram o Modelo Social da Deficiência, que implica em visualizar a deficiência para muito além do corpo, mas sim como uma interação dessa pessoa com o seu entorno social e ambiental.

Dessa forma, ao se pensar deficiência no contexto social não se constrói uma política especial para o atendimento dessa demanda em específica – como produz o Modelo Médico, mas se constrói uma política pública geral que venha a atender às demandas universais da população. O “problema” da deficiência passa a ser estrutural e social uma vez que é a sociedade que não abarca a diversidade corporal impondo às pessoas diversas barreiras.

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre elas; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam no cerimônios, exigem-lhe sinais. Este

investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica. (FOUCAULT, 1997, p. 28)

É necessário pensar a deficiência para além de suas condições biológicas (dis)funcionais, pois as desvantagens da pessoa com deficiência estão diretamente relacionadas ao contexto social em que essa está inserida, a falta de acessibilidade, preconceitos, estereótipos negativos atribuídos a ela dificultam sua participação integral na sociedade e, por conseguinte, o seu desenvolvimento humano (Lopes, 2014). O corpo da pessoa com deficiência é o principal marcador da diferença, vale trazer a reflexão que a ideia de um corpo perfeito e completo é utopia uma vez que a sociedade contemporânea estabelece cada vez mais padrões restritos e idealizados. Os corpos frequentemente são classificados com base em características biológicas e quem se diferencia dos que têm as qualidades desejáveis do corpo contemporâneo são vistos como inferiores ou defeituosos.

Essa marca depreciativa no corpo do indivíduo pode produzir sofrimentos e sentimentos de inferioridade. Ainda, os padrões de beleza inalcançáveis contribuem para a discriminação de pessoas com deficiência física uma vez que estereótipos que guiam as relações da população com o corpo “diferente”. O preconceito relacionado à pessoa com deficiência não está acima ou isolado de questões de gênero, étnicas ou socioeconômicas, portanto, alguns grupos ou pessoas com deficiência estão em maior desvantagem em comparação a outros, uma mulher com deficiência, por exemplo, tem maior desvantagem em relação à participação social, direitos sexuais, trabalho, renda, entre outros, causada por uma intersecção de discriminação baseada nas questões de gênero e deficiência (Mello & Nuernberg, 2012).

Ainda, Mello e Nuernberg (2012) afirmam que as opressões cotidianas que as pessoas com deficiência vivenciam não estão na lesão corporal em si, mas em toda uma estrutura da sociedade que é incapaz de acolher as diferentes variações corporais humanas. Estudos encontraram diferenças de gênero na forma com que pessoas com deficiência são representadas, enquanto homens com deficiência são vistos como impotentes e incapazes de amar, mulheres com deficiência são enxergadas como passivas, vulneráveis e dependentes – uma figura frágil e inocente que deve ser resgatada por um homem “capaz” (Barnes & Mercer, 2001). Entende-se que, devido ao contexto social, homens e mulheres experienciam o corpo de formas diferentes, dessa forma, ressalta-se a importância em

verificar e caracterizar essas diferenças entre os gêneros que possivelmente serão encontradas ao se investigar as representações sociais do corpo.

As representações negativas (e positivas) relacionadas às pessoas com deficiência são constituídas e difundidas socialmente por meio dos discursos e comportamentos produzindo estereótipos, representações sociais e políticas que orientam ações. Segundo Hall (1997) o significado não está no objeto, nem nas palavras, mas nas pessoas que lhes atribuem os significados, por meio das convenções sociais.

Dessa forma, é substancial que pessoas com deficiência não somente sejam incluídas nos espaços de convivência social, mas que sejam respeitadas em suas diferenças e das suas particularidades. O corpo canônico é manipulado, modificado, esculpido, fantasiado, e tem os meios midiáticos como principal cúmplice em sua propagação em busca de adeptos. Contudo, não somente a mídia dissemina essa normatividade corporal uma vez que essa conta com o apoio do conhecimento médico e científico para a construção de muitos fenômenos que se revelam socialmente. A ciência avança nas formas de aperfeiçoar essa aparência física, criando novos medicamentos, cosméticos, suplementos de alimentação, cirurgias estéticas, buscando evitar ou retardar características desvantajosas, deficiências e o envelhecimento (Silveira, 2012). O discurso biomédico sustenta uma ideologia de saúde e corpo perfeito levando grande parte da população a considerar doenças bem como lesões e impedimentos que mudam a sua forma corporal como uma marca de fracasso social.

Os meios de comunicação em massa são importantes na formação de opiniões e constituição de modelos, especialmente no que diz respeito aos padrões corporais (Furtado, 2009), canais de televisão, revistas, jornais e internet ditam modelos corporais que devem ser seguidos e que constituem representações sociais relativas à saúde e à beleza. Uma exposição diária a padrões de beleza muitas vezes inalcançáveis podem gerar insatisfações e sentimentos de baixa autoestima em relação à forma corporal, induzindo à uma busca irrefletida pelo corpo ideal.

Nesse sentido, pessoas que estão visivelmente fora da normativa corporal incentivada pela mídia e indústrias interessadas – como pessoas com deficiência, com sobrepeso, idosos – carregam em sua imagem um estereótipo excludente. A mídia produz um conjunto de valores, conhecimentos, estereótipos e mitos que circulam no cenário social uma vez que veicula conteúdos dessa cultura (Rouquette, 1986), ainda, ao criar e disseminar

padrões de beleza corporal, os meios midiáticos contribuem para a formação da imagem que as pessoas possuem de seus corpos.

Dessa forma, analisar o papel da mídia como difusora de informação contribui para a compreensão de temas que circulam no cotidiano, permitindo identificar as temáticas que constituem os discursos do senso comum que, por sua vez, influenciam na formação de representações e comportamentos acerca de temáticas relevantes como aspectos corporais e deficiência.

Conclusão

Para a conclusão dessas breves reflexões, são necessários a desconstrução de estigmas e mitos que rondam pela sociedade sobre as pessoas com deficiências. Ser uma pessoa com deficiência não significa que esse corpo foi castigado ou está sendo punido pelos atos indevidos de seus pais e familiares. Ser uma pessoa com deficiência não deve ser vista como doença nem é necessário a busca de uma cura em prol da aceitação social. Não deve ser vista também como merecedora de caridade e assistencialismo.

Evidenciamos ainda que não queremos um olhar de plena complacência, a ponto de subjugar à incapacidade. São necessário a reflexão de que a mídia por ter um impacto direto na vida das pessoas com deficiência, visto que podem reafirmar preconceitos e estereótipos acerca da deficiência e por seu papel elementar na propagação de representações sociais – poderia servir como instrumento inicial para o movimento voltado para a inclusão a fim de facilitar um espaço de discussão sobre o assunto, contribuindo para uma mudança social significativa.

A pessoa com deficiência não deve ser negada, nem se deve rotuladas por causa da sua deficiência, não se deve prover um conceito de deficiência que a reduza às lesões e aos impedimentos físicos e/ou sensoriais; ao contrário, é possível e viável que se pense nas suas possibilidades e potencialidades, para além de qualquer (im)possível e marginal limitação.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 set. 2022.

Barnes, C., & Mercer, G. (2001). **Disability culture: assimilation or inclusion**. In G. L. Albrecht, K. D. Seelman, & M. Bury, Handbook of Disability Studies. Oaks: Sage Publications.

COURBIN, A.; COURTINE, J.; VIGARELLO, G (Dir.). **História do Corpo: da Renascença às Luzes**. v. 1., 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. 663 p.

ECO, U. **História da Beleza**. (Tradução de Eliana Aguiar) 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 438 p.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. 89p.

Figueira, E. (2008). **Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora

FOUCAULT, M. 1997. **Il faut défendre la société: Cours au Collège de France, 1975- 1976**. Paris, Gallimard/Seuil, 283 p.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, Stuart (org). **Representation: Cultural representations and signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997, p 01-30.

Lopes, E. M. C.. **Significados e sentidos da deficiência adquirida em policiais militares**. Dissertação De Mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Bauru, São Paulo, Brasil, 2014

Mello, A. G. de, & Nuernberg, A. H. (2012). **Gênero e deficiência: interseções e perspectivas**. **Revista Estudos Feministas**, 20(3), 635-655.

STIKER, H. J. **Nova percepção do corpo enfermo**. In: CORBIN, A.; COURTINE, J. J.; VIGARELLO, G. (Dir.). **História do Corpo: Da revolução à Grande Guerra**. Petrópolis- RJ: Vozes. 2009. v. 2, p. 347-374.

Silveira, B. R. **Entre a vitimização e a divinização: a pessoa com deficiência em Viver a Vida**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2012